

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2026-2027
Especialidade de Direito Administrativo e Administração Pública

1. Nome da Unidade curricular:

Governance Administrativa.

Reforma da Administração Pública: inovações organizativas e procedimentais. Novas tecnologias e Inteligência Artificial na Administração Pública.

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 40 horas
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Tema da unidade curricular: Reforma da Administração Pública: inovações organizativas e procedimentais. Novas tecnologias e Inteligência Artificial na Administração Pública.

Esta unidade curricular tem como objeto de estudo os sistemas e processos através dos quais a Administração Pública se organiza, atua, decide e executa as suas decisões. A análise incluirá um excursão sobre as políticas públicas e o planeamento público, com vista a aumentar a eficiência, a transparência e a equidade da atuação administrativa, nas dimensões organizativa e procedimental.

Será dado particular enfoque à digitalização da Administração Pública e à utilização de novas tecnologias, em especial a incorporação de inteligência artificial na tomada de decisão administrativa.

O tema será abordado de uma perspetiva jurídica, a partir da análise da legislação e de outros textos jurídicos, utilizando metodologias jurídicas e incentivando a investigação autónoma, com um enfoque prático de aplicação a casos concretos.

6. Conteúdos programáticos:

1. Reforma da Administração Pública e governação administrativa.
- 1.1. A governação administrativa como política pública.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 1.2. A importância do planeamento público.
- 1.3. Simplificação, modernização e digitalização da Administração Pública
- 1.4. Administração eletrónica: *e-government*
 - 1.4.1. Implicações ao nível da organização da Administração Pública
 - 1.4.2. Implicações ao nível do procedimento administrativo
 - 1.4.3. Implicações ao nível da relação jurídica administrativa
 - 1.4.4. Implicações ao nível das formas de atuação administrativas
 - 1.4.5. Vantagens e desvantagens. Riscos e oportunidades.
- 2. Dimensão orgânico-funcional
 - 2.1. Conceitos e princípios gerais
 - 2.2. Novos modelos organizativos
 - 2.3. Casos de estudo na Administração Pública portuguesa
 - 2.3.1. PRACE e PEPAC
- 3. Dimensão procedimental: procedimento administrativo eletrónico
 - 3.1. Princípios gerais aplicáveis ao procedimento administrativo eletrónico
 - 3.2. Em especial, o dever de boa administração
 - 3.3. Habilitação legal para Administração usar meios eletrónicos
 - 3.4. Exclusividade digital?
 - 3.5. Uso de meios eletrónicos
 - 3.5.1. Reuniões telemáticas
 - 3.5.2. Apresentação de requerimentos
 - 3.5.3. Notificações
 - 3.5.4. Desmaterialização de processos
 - 3.5.5. Balcão único eletrónico
 - 3.6. Ato administrativo eletrónico e algoritmização
 - 3.6.1. Admissibilidade. IA preditiva e IA generativa
 - 3.6.2. Transparência, explicabilidade e equidade dos algoritmos.
 - 3.6.2. Regime jurídico do ato administrativo eletrónico
 - 3.7. Contratação pública eletrónica
- 4. Nova governação administrativa e direitos dos cidadãos.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O principal objetivo da disciplina consiste numa abordagem jusadministrativa à matéria da governação administrativa, o que inclui a análise da reforma administrativa como política pública, dos conceitos de simplificação, modernização e digitalização da Administração Pública e das suas dimensões organizativa e procedimental.

Isto implica analisar textos legais e promover a interpretação e aplicação do Direito a casos de estudo, numa perspetiva de investigação aplicada à prática.

Desta forma visa obter-se uma compreensão dos conceitos e do seu enquadramento normativo, problematizando algumas questões específicas de maior interesse dogmático.

8. Metodologias de ensino:

As aulas seguirão um modelo interativo, incentivando-se os alunos a participar nas aulas. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efetuar para cada aula, designadamente de elementos bibliográficos e documentos de “soft law” produzidos pela própria Administração Pública.

Em algumas aulas poderão participar convidados peritos na matéria ou envolvidos, na prática, em processos de governação administrativa.

Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, apresentando-os em aula ou elaborando sobre os mesmos pequenos trabalhos escritos (*papers*), e promover-se-ão debates sobre as matérias constantes do programa.

9. Avaliação:

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas e intervenção em debates (50%);
- Exame escrito de avaliação final (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Tratando-se de uma unidade curricular do 2.º ciclo, é fundamental que os alunos desenvolvam as competências necessárias para pensar criticamente, elaborar dogmática e cientificamente sobre os temas propostos e, posteriormente, obter o grau de mestre. As intervenções orais são fundamentais, assim como a demonstração do domínio das matérias, através da realização de um exame escrito.

11. Bibliografia principal:

AAVV - Governação Integrada e Administração Pública, obra coletiva, coordenação de David Ferraz e Rui Marques, INA, 2015

Brown, David - *Electronic government and public administration*, vol. 71(2), 2005

Caupers, João - *Introdução à Ciência da Administração Pública*, Lisboa, 2002

Garcia, Maria da Glória - *Direito das políticas públicas*, Coimbra, 2009

Festas, David - “A Contratação Eletrónica Automatizada”, in *Direito da Sociedade da Informação*, separata do vol. VI, Coimbra, 2006,

Fonseca, Fátima / Carapeto, Carlos - *Governação, inovação e tecnologias: O estado rede e a administração pública do futuro*, Edições Sílabo, Lisboa 2009



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Fonseca, Isabel Celeste – Governação pública (local) digital: notas breves sobre a estratégia em curso de aceleração da transição digital, in *Direito Administrativo e Tecnologia*, 3.ª Edição, Coimbra, 2023

Leitão, Alexandra – Novos modelos organizativos na Administração Pública: em especial, Centros de Competências e Centrais de Compras”, in *Revista de Direito Comercial*, 2022, págs. 1298 e seguintes, em [Novos modelos organizativos na Administração Pública — Revista de Direito Comercial](#).

- *A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios*, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 152, 2023

- “Inovações Tecnológicas no Direito Administrativo: Administração Pública eletrónica e inteligência artificial”, in *As inovações tecnológicas no Direito*, obra coletiva, São Paulo, 2024

- “Planeamento e Administração Pública: desafios atuais” in *O Regresso do Planeamento. Percursos e perspetivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual Ed., Grupo Almedina, Coimbra, 2024

Peters, B. Guy - Policy capacity in public administration University of Pittsburgh, United States, 2015

Raimundo, Miguel Assis - “E-procurement”, in *Atas do II Congresso Internacional de Compras Públicas, Braga: EDUM*, obra coletiva, Braga, 2017

- “Inteligencia artificial y contratación pública: apuntes a partir del caso português”, in *Inteligência artificial e contratación pública: propuestas para una buena regulación*, obra coletiva, Madrid, 2025

Roque, Miguel Prata - Tratado de Governação Pública, Volume I (Princípios Gerais e Governação), AAFDL, Lisboa, 2021

- “O procedimento administrativo eletrónico”, in *Comentários o Novo Código de Procedimento Administrativo*, obra coletiva, obra coletiva, Lisboa, 2015, págs. 273-302

Palmer, Tom - Globalização e Governança, in *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública. Para um novo paradigma do serviço público*, Coimbra, 2008

12. Observações:

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Master's Degree Course in Law and Legal Practice 2026-2027
Specialty in Administrative Law and Public Administration

1. Curricular Unit Name:

Administrative Governance.

Public Administration Reform: organisational and procedural innovations. New technologies and Artificial Intelligence in Public Administration.

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☒ Annual ☐
Work hours: 40 horas
Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Alexandra Leitão

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Non applicable

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Course topic: Public Administration Reform: organisational and procedural innovations. New technologies and Artificial Intelligence in Public Administration.

This course focuses on the systems and processes through which Public Administration organises itself, operates, makes decisions and implements them. The analysis will include an overview of public policy and public planning, with a view to enhancing the efficiency, transparency and fairness of administrative action, in both organisational and procedural terms.

Particular emphasis will be placed on the digitalisation of Public Administration and the use of new technologies, particularly artificial intelligence in administrative decision-making.

The topic will be approached from a legal perspective, based on the analysis of legislation and other legal texts, using legal methodologies and encouraging independent research, with a practical focus on application to specific cases.

6. Syllabus:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Public administration reform and administrative governance.
 - 1.1. Administrative governance as public policy.
 - 1.2. The importance of public planning.
 - 1.3. Simplification, modernisation and digitisation of public administration
 - 1.4. Electronic administration: e-government
 - 1.4.1. Implications for the organisation of public administration
 - 1.4.2. Implications for administrative procedures
 - 1.4.3. Implications for administrative legal relations
 - 1.4.4. Implications regarding administrative actions
 - 1.4.5. Advantages and disadvantages. Risks and opportunities.
2. Organisational and functional dimension
 - 2.1. General concepts and principles
 - 2.2. New organisational models
 - 2.3. Case studies in the Portuguese public administration
 - 2.3.1. PRACE and PEPAC
3. Procedural dimension: electronic administrative procedure
 - 3.1. General principles applicable to electronic administrative procedure
 - 3.2. In particular, the duty of good administration
 - 3.3. Legal authorisation for the Administration to use electronic means
 - 3.4. Digital exclusivity?
 - 3.5. Use of electronic means
 - 3.5.1. Telematic meetings
 - 3.5.2. Submission of applications
 - 3.5.3. Notifications
 - 3.5.4. Dematerialisation of proceedings
 - 3.5.5. Electronic one-stop shop
 - 3.6. Electronic administrative acts and algorithmisation
 - 3.6.1. Admissibility. Predictive AI and generative AI
 - 3.6.2. Transparency, explainability and fairness of algorithms.
 - 3.6.2. Legal framework for electronic administrative acts
 - 3.7. Electronic public procurement
4. New administrative governance and citizens' rights.

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The main objective of the course is to provide a legal-administrative approach to the subject of administrative governance, which includes an analysis of administrative reform as a public policy, the concepts of simplification, modernisation and digitalisation of the public administration, and their organisational and procedural dimensions.

This involves analysing legal texts and applying them to case studies, with a view to research applied to practice.

In this way, the aim is to gain an understanding of the concepts and their regulatory framework, whilst examining specific issues of particular theoretical interest.

8. Teaching methodologies (including evaluation):



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

The classes will follow an interactive format, encouraging students to participate. To this end, a set of readings will be assigned for each class, including academic literature and 'soft law' documents produced by the public administration itself.

Some classes may feature guest speakers who are experts in the field or who are involved in administrative governance processes in practice.

Students will also be invited to explore certain topics in greater depth, either by presenting them in class or by writing short papers on them, and debates will be held on the subjects covered in the syllabus.

9. Evaluation:

The assessment is based on the following elements:

- Class participation, intervention in discussions (50%);
- Final written exam (50%).

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

As this is masters curricular unit, it is fundamental that students develop the necessary competencies to think critically, elaborate dogmatically and scientifically on the proposed themes and, subsequently, obtain the master's degree. Oral presentations are essential, as is demonstrating knowledge of the subjects through a written exam.

11: Main Bibliography:

AAVV - Governação Integrada e Administração Pública, obra coletiva, coordenação de David Ferraz e Rui Marques, INA, 2015

Brown, David - *Electronic government and public administration*, vol. 71(2), 2005

Caupers, João - *Introdução à Ciência da Administração Pública*, Lisboa, 2002

Garcia, Maria da Glória - *Direito das políticas públicas*, Coimbra, 2009

Festas, David - "A Contratação Eletrónica Automatizada", in *Direito da Sociedade da Informação*, separata do vol. VI, Coimbra, 2006,

Fonseca, Fátima / Carapeto, Carlos - *Governação, inovação e tecnologias: O estado rede e a administração pública do futuro*, Edições Sílabo, Lisboa 2009

Fonseca, Isabel Celeste – *Governação pública (local) digital: notas breves sobre a estratégia em curso de aceleração da transição digital*, in *Direito Administrativo e Tecnologia*, 3.^a Edição, Coimbra, 2023



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Leitão, Alexandra – Novos modelos organizativos na Administração Pública: em especial, Centros de Competências e Centrais de Compras”, in *Revista de Direito Comercial*, 2022, págs. 1298 e seguintes, em [Novos modelos organizativos na Administração Pública — Revista de Direito Comercial](#).

- *A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios*, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 152, 2023

- “Inovações Tecnológicas no Direito Administrativo: Administração Pública eletrónica e inteligência artificial”, in *As inovações tecnológicas no Direito*, obra coletiva, São Paulo, 2024

- “Planeamento e Administração Pública: desafios atuais” in *O Regresso do Planeamento. Percursos e perspetivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual Ed., Grupo Almedina, Coimbra, 2024

Peters, B. Guy - Policy capacity in public administration University of Pittsburgh, United States, 2015

Raimundo, Miguel Assis - “E-procurement”, in *Atas do II Congresso Internacional de Compras Públicas, Braga: EDUM*, obra coletiva, Braga, 2017

- “Inteligencia artificial y contratación pública: apuntes a partir del caso português”, in *Inteligência artificial e contratación pública: propuestas para una buena regulación*, obra coletiva, Madrid, 2025

Roque, Miguel Prata - Tratado de Governação Pública, Volume I (Princípios Gerais e Governação), AAFDL, Lisboa, 2021

- “O procedimento administrativo eletrónico”, in *Comentários o Novo Código de Procedimento Administrativo*, obra coletiva, obra coletiva, Lisboa, 2015, págs. 273-302

Palmer, Tom - Globalização e Governança, in *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública. Para um novo paradigma do serviço público*, Coimbra, 2008

12: Remarks:

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.